

**REUNIÃO  
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 024/2004  
25-10-2004**



**ACTA N.º 024/2004**

**Data da reunião ordinária:** 25-10-2004

**Local da reunião:** Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 16,40 horas

**Términus da reunião:** 19,30 horas

**Resumo diário da Tesouraria:** 22/10/2004 . . . . .2.799.669,61  
€

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

**Vereadores:** Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Marcelino

**Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Cristina Maria dos Santos Martins

**Cargo:** Assistente Administrativa Especialista

**Faltas justificadas:**

**Faltas por justificar:**

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **dezasseis horas e quarenta minutos**, dando conhecimento da presença dos senhores Vereadores José Rui Raposo e Ramiro Matos, nesta reunião, em substituição dos senhores Vereadores Luísa Mesquita e Soares Cruz, respectivamente, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco – A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. --

--- Solicitou, a seguir, aos senhores Vereadores autorização para incluir no final da Ordem de Trabalhos, o assunto seguinte, não tendo havido oposição:-----

--- Pedido de **suspensão do mandato**. Seguidamente deu início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, prestando as seguintes informações: -----

--- Um – Deu conhecimento das decisões proferidas durante a última semana de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- Dois – Dia dezanove de Outubro – Recebeu em audiência munícipes. -----

--- Três – Reuniu com o senhor José Luís Cabrita. -----

--- Quatro – Deu entrevista para a Associação de Cooperativas Portuguesas. -----

--- Cinco – Participou na entrega de Prémio Escolar dois mil e três/dois mil e quatro, promovido pelo Rotary Club de Santarém . -----

--- Seis – Dia vinte de Outubro – Reuniu com a Direcção da Sociedade Recreativa Operária de Santarém. -----

--- Sete – Esteve na apresentação da Revista “Portucália” e do livro “Confrarias Gastronómicas Portuguesas”. -----

--- Oito – Dia vinte e dois de Outubro – Recebeu em audiência D. Madalena Telhada. ---

--- Nove – Efectuou visita à Freguesia de Gançaria, seguida de Reunião do Orçamento Participativo.-----

--- Dez – Dia vinte e três de Outubro – Visitou a Freguesia de Abitureiras, e esteve

presente na Reunião do Orçamento Participativo.-----

--- Onze – Dia vinte e quatro de Outubro – Efectuou visita à Freguesia de Póvoa de Santarém, e esteve na Reunião do Orçamento Participativo.-----

--- Doze – Dia vinte e cinco de Outubro - Participou na Sessão de Abertura do Sexto Congresso da CAP “Novas Oportunidades para a Agricultura Portuguesa”.-----

--- Treze – Lembrou que a Câmara, ao abrigo do código das Expropriações, havia sido autorizada a tomar posse administrativa do Campo Chã das Padeiras. Quando foram publicados os despachos no Diário da República, solicitou-se ao tribunal a nomeação de um perito para a realização de uma vistoria “Ad perpetuum rei memoriam” e depositou-se na Caixa Geral de Depósitos a quantia determinada no código de expropriações.-----

--- Referiu que a atribuição do carácter de urgente à expropriação confere de imediato à entidade expropriante, a posse administrativa dos bens expropriados pelo que os mesmos, de imediato, ficaram adstritos ao fim específico da expropriação.-----

--- Disse ter ficado surpreendido quando, no passado dia vinte e dois, o Dr. Vasco Canário, mandatário dos requeridos e o senhor Solicitador Sérgio Marecos, se apresentaram no Campo Chã das Padeiras exigindo a retirada de todos os bens móveis e a entrega das chaves das instalações.-----

--- Referiu ter sido decidido entregar as chaves apesar do despacho de um membro do Governo declarando a posse legítima da Câmara sobre o prédio e neste momento accionou-se o processo junto do tribunal no sentido de resolver este problema.-----

--- Disse esperar que esta questão seja resolvida rapidamente face aos problemas criados no âmbito da prática desportiva.-----

--- Senhora **Vereadora Idália Moniz** – Manifestou-se preocupada com questões que se prendem com a continuidade dos programas de apoio à prevenção primária da toxicodependência no Concelho de Santarém.-----

--- Referiu que estava prevista para Julho do ano corrente, a assinatura dos planos municipais de prevenção primária da toxicodependência, todavia, com a saída do senhor Ministro Dr. Fernando Negrão, ainda não obteve resposta sobre a nova data de

assinatura. -----

--- Sublinhou que as actividades nunca pararam, estando os técnicos a trabalhar nestes planos, sem receberem qualquer remuneração e sem que a Câmara possa contornar esta situação, uma vez que os Planos não estão assinados. -----

--- Acrescentou ser com grande preocupação que não vê a definição da data de assinatura da prorrogação do Plano Municipal de Prevenção da Toxicodependência apesar de já ter sido aprovados pelo Instituto da Droga e Toxicodependência. -----

--- Disse continuar preocupada porque ainda não recebeu o relatório de avaliação que permite dar continuidade ao trabalho da equipa de rua que é um instrumento precioso e fundamental para resolver alguns problemas de saúde pública existente no Concelho. A ausência do relatório também não permite a transferência de verbas para a Associação Pica-Pau. -----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** – Um – Informou ter participado, em Moçambique, no Congresso Constitutivo da Associação de Municípios de Moçambique, que decorreu entre nove e doze do corrente mês. -----

--- Referiu já estarem constituídos trinta e três municípios em Moçambique que fundamentalmente procuram seguir a forma como os municípios portugueses estão estruturados. -----

--- Disse ser um País onde a democracia está a funcionar e que parece atravessar um estado de desenvolvimento bastante aceitável. -----

--- Considerou que a constituição desta Associação irá contribuir de uma forma decisiva para o bem das populações daquele País. -----

--- Dois – Disse ter trocado impressões com o técnico do Instituto da Água que desenvolveu o projecto de intervenção na Ribeira de Alfange que o informou que o senhor Ministro da Tutela em vez de executar a obra por ajuste directo, como estava previsto inicialmente, optou por concurso público, pelo que haverá um atraso significativo naquela intervenção. -----

--- Manifestou a sua preocupação face a este atraso porque as populações se encontram

em perigo e esta intervenção deveria ser feita com carácter de urgência. -----

--- Acrescentou que se devia tomar uma posição junto do Ministério para alterar esta posição, pois a legislação consagra a possibilidade de ajuste directo para resolução de problemas graves, como é o caso da Ribeira de Alfange. -----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – Um - Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras no período de dezanove a vinte e cinco do corrente mês e constantes dos Editais números cento e sessenta e dois e cento e sessenta e três/dois mil e quatro. -----

--- Dois – Disse ter sido conhecimento da existência de um protocolo entre o Ministério da Educação e a Associação Nacional Municípios Portugueses, relativo ao fornecimento de refeições nas escolas. De acordo com este protocolo compete ao Ministério da Educação o fornecimento das refeições escolares do primeiro ciclo, todavia a Câmara está a assumir esta responsabilidade. Referiu que irá indagar junto da Direcção Regional de Educação de Lisboa a implementação deste protocolo porque, por um lado, poderá facilitar o fornecimento de refeições e, por outro, os pais poderão usufruir de refeições a custos mais reduzidos. -----

--- Senhora **Vereadora Hélia Félix** – Um – Solicitou esclarecimento relativamente ao processo de expropriação do Campo Chã das Padeiras, porque segundo teve conhecimento a planta que consta no Diário da República não inclui toda a área a expropriar. Considerou esta questão, a ser verdade, extremamente grave. -----

--- Dois – Relativamente à questão do fornecimento de refeições disse ter ficado surpreendida, porque tem conhecimento de que as Câmaras fornecem refeições mas recebem financiamento por parte da Direcção Regional de Educação de Lisboa -----

--- Três – Disse ter recebido uma carta da Junta de Freguesia de Marvila levantando questões relacionadas com a Estrada do Peso e perguntou se a situação já estava a ser regularizada. -----

--- Quatro – Solicitou que seja agendado o subsídio solicitado pela Santa Casa da Misericórdia de Alcanede. -----

--- Senhor **Vereador José Andrade** – Um - Manifestou a sua preocupação relativamente ao problema existente na Estrada do Peso e que, em sua opinião, deveria ser resolvido pela Câmara.-----

--- Dois - Referiu que o aeródromo tem tido um acréscimo de visitantes. -----

--- Considerou importante que se faça o arranjo urbanístico na zona envolvente ao aeródromo, valorizando aquela estrutura. -----

--- Senhor **Vereador Ramiro Matos** – Solicitou esclarecimentos sobre o processo de expropriação do Campo Chã das Padeiras.-----

--- Senhor **Vereador José Rui Raposo** – Um – Referiu ter solicitado em reunião anterior elementos necessários a uma análise aprofundada das Obras no Largo Cândido dos Reis e construção do Acesso Sul. Como até à data ainda não recebeu quaisquer elementos ou foi marcada reunião para análise dos processos, solicitou informações ao senhor Presidente.-----

--- Aludiu à alteração da circulação na Rotunda sem que seja colocada a necessária circulação.-----

--- Dois – Solicitou informações sobre o comportamento das barreiras de Santarém face às intempéries dos últimos dias. -----

--- Senhor **Vereador José Marcelino** – Um – Lembrou que na última reunião já havia aludido ao processo de expropriação do Campo Chã das Padeiras. Considerou importante que se tente resolver o assunto através do diálogo.-----

--- Dois – Perguntou quando é que o muro do cemitério da Ribeira de Santarém será reparado.-----

--- Três – Questionou sobre o ponto de situação do processo das passagens de nível.-----

--- Quatro – Chamou a atenção para a grande quantidade de lenha que se encontra no Cerco de São Lázaro, considerando que a Câmara devia agir. -----

--- Cinco – Sugeriu que fosse colocada alguma areia no Campo Infante da Câmara que, na sequência da chuva, se encontra coberto de lama. -----

--- Seis – Aludiu a um abaixo assinado de moradores da Praceta Jaime Cortesão,



solicitando o alindamento do espaço envolvente. -----

--- Na sequência das intervenções verificadas o **senhor Presidente**, relativamente às passagens de nível, disse que o que se pretende é criar condições para lançar o concurso. Aguarda informação do Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano, Engenheiro Mário Rebelo, sobre esta matéria. -----

--- No que se refere ao Campo Chã das Padeiras procedeu a uma resenha histórica do processo, referindo que o assunto está em vias de ser resolvido e sublinhando nunca ter havido falta de diálogo da sua parte. -----

--- Relativamente ao Campo Infante da Câmara, referiu que têm sido feitas intervenções pontuais, todavia não é correcto que se façam grandes investimentos quando o que se pretende é fazer uma requalificação global. -----

--- Relativamente ao aeródromo lembrou tratar-se de um espaço municipal cedido por se ter reconhecido a importância daquele equipamento em Santarém.-----

--- Disse já ter manifestado disponibilidade, dentro das possibilidades da Câmara, para tentar resolver alguns dos problemas relacionados com a zona envolvente do aeródromo.

--- Relativamente à Estrada do Peso, lembrou que o traçado da mesma foi objecto de alterações, a pedido da Junta de Freguesia de Marvila. Acrescentou que os problemas entretanto detectados poderão ser devidamente corrigidos. -----

--- Relativamente à intervenção da senhora Vereadora Hélia Félix referiu que, mais uma vez, a Câmara está a assumir responsabilidades da Direcção Regional de Educação de Lisboa, no âmbito do fornecimento de refeições escolares. -----

--- Disse que gostaria de saber quais as Câmaras que estão a receber financiamento da Direcção Regional de Educação de Lisboa, pois não tem conhecimento de que tal tenha acontecido -----

--- Relativamente à questão da Ribeira de Alfange, recordou as diligências que têm sido desenvolvidas neste âmbito, referindo que a última informação de que dispõe é de que se irá avançar para um concurso público, o que significará o adiamento da intervenção. -----

--- No que se refere ao cemitério da Ribeira de Santarém, informou que estas questões

são da competência das Juntas de Freguesia. Todavia, considerando a gravidade do problema, a Câmara já está a avançar com o processo.-----

--- O Senhor **Vereador Manuel Afonso** interveio novamente referindo que a obra da Estrada do Peso é muito importante quer para os residentes naquela zona, quer para o trânsito, nomeadamente de veículos pesados.-----

--- Disse ter-se deslocado ao local acompanhado de técnicos que se encontram a estudar a situação no sentido de consolidar as terras, evitando a erosão, por forma a proteger a estrada.-----

--- No que se refere ao aeródromo disse já terem sido disponibilizadas viaturas para transporte de terra, retroescavadora, porque a preocupação de manter o aeródromo funcional também é da Câmara.-----

--- A sinalização vertical na Rotunda do Largo Cândido dos Reis já está colocada sendo agora necessário proceder à marcação de sinalização horizontal.-----

--- Seguiram-se ainda algumas intervenções, tendo sido tecidos comentários a propósito dos vários assuntos já abordados neste período de antes da ordem do dia.-----

--- Findo o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) DIVERSOS**-----

--- Pela **Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Santarém**, foi apresentado um estudo prévio relativo à viabilidade de construção de um edifício multifuncional, que a mesma pretende levar a efeito num terreno de que é proprietária, sito em de Vale de Estacas, freguesia de Salvador, nesta Cidade.-----

--- Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foram prestadas as seguintes informações:-----

--- “Em diferentes reuniões da Câmara Municipal de Santarém com os Bombeiros Voluntários de Santarém e os promotores de um posto de abastecimento de combustíveis a existir junta da chamada “rotunda do Modelo”, foi possível concluir existirem nos

elementos de representação gráfica referentes à operação de loteamento promovida pela Contacto II, S.A. (alvará de loteamento número quatro/dois mil) e nos elementos do pedido de licenciamento de posto de abastecimento de combustíveis promovido pela Petrogal, informações divergentes que a seguir se revelam: -----

--- **Um** – A delimitação da área de cedência ao “domínio privado da Câmara Municipal Santarém” consagrada no alvará de loteamento, ao nível de representação, engloba uma área que se conclui não pertencer à propriedade objecto de loteamento (lote privado, situação não possível de aferir nas confrontações constantes no registo na Conservatória Predial), inclui área já destinada ao domínio público (arruamento Norte) e assimila área “remanescente” (confinante com a linha de água) que de acordo com as informações técnicas deveria destinar-se ao domínio público municipal, embora esta área não tenha dado origem a aumento da inicial cedência ao “domínio privado” da Câmara Municipal Santarém (deveria ter sido corrigida: onze mil seiscentos e cinquenta metros quadrados + mil quinhentos e quarenta metros quadrados = treze mil cento e noventa metros quadrados). Importa salientar que a estrutura georeferenciada dos levantamentos topográficos não são coincidentes (Norte com orientações diferentes (!!!), situação só possível de detectar com programas de desenho tipo AUTOCAD). -----

--- Retirando as áreas que deveriam ter sido inicialmente excluídas da cedência ao domínio privado e anexando os mil quinhentos e quarenta metros quadrados inicialmente previsto como “área remanescente”, encontra-se uma parcela com dimensão próxima dos onze mil seiscentos e cinquenta metros quadrados, correspondente ao escriturado com os Bombeiros Voluntários de Santarém. -----

--- **Dois** – A implantação do Posto de Abastecimento de combustíveis necessita do acesso às instalações via arruamento rotunda/Hospital de Santarém, S.A., utilizando propriedade supostamente do domínio público municipal;-----

--- **Três** – A designada área de cedência ao “domínio privado da Câmara Municipal Santarém” encontra-se parcialmente integrada na Reserva Agrícola Nacional, conforme informações iniciais dos serviços técnicos;-----

--- Assim, tendo em consideração os condicionalismos acima esmiuçados, para que se possa legitimar as questões processuais inerentes à concretização do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Santarém, nos termos apresentados, deverá ter-se em atenção as seguintes considerações: -----

--- **a)** Tendo em conta as características da posse da propriedade (já escriturada em nome dos Bombeiros Voluntários de Santarém, com onze mil seiscentos e cinquenta metros quadrados), poderá vir a autorizar-se uma operação de destaque de parcela com cinco mil setecentos e noventa e oito vírgula setenta e cinco metros quadrados, correspondente à parcela necessária a concretização do Quartel dos Bombeiros Voluntários (projecto aprovado) e espaços complementares/arranjos exteriores, ao abrigo do número quatro do artigo sexto do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, em vigor, resultando a constituição de parcela remanescente com cinco mil oitocentos e cinquenta e um vírgula vinte cinco metros quadrados, dos quais dois mil e cinquenta e oito vírgula sessenta e um metros quadrados, deverão, desde já, considerar-se como a destinar à integração no Domínio Público Municipal, situação que deverá ficar consagrada quando da realização de qualquer operação urbanística nesta parcela (edificação, loteamento, outra). -----

--- **b)** A realização de qualquer operação urbanística para a parcela com cinco mil oitocentos e cinquenta e um vírgula vinte cinco metros quadrados deverá ser antecedida por pedido de desafectação de área na Reserva Agrícola Nacional, a requerer pela Câmara Municipal Santarém à Comissão Regional de Reserva Agrícola Nacional do Ribatejo e Oeste, caso na ratificação da alteração do Plano Director Municipal (revisão em desenvolvimento), não tenha já sido determinado a exclusão daquela parcela da Reserva Agrícola Nacional. Em alternativa ao procedimento acima apresentado, o detentor do direito de propriedade da parcela com cinco mil oitocentos e cinquenta e um vírgula vinte cinco metros quadrados, poderá requerer, junto da Comissão Regional de Reserva Agrícola Nacional do Ribatejo e Oeste, autorização para ocupação de solo na Reserva Agrícola Nacional.” -----

--- Tendo sido apresentados os elementos referidos, foi novamente apreciado e informado pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, o seguinte:-----

--- “Os elementos agora apresentados correspondem ao Estudo Prévio para ocupação da parcela remanescente da futura operação de destaque, essenciais à validação das premissas consideradas nos procedimentos idealizados pelos Bombeiros Voluntários de Santarém, com vista à concretização do quartel da corporação.-----

--- A solução em apreço, ao nível da planimetria, incorpora as orientações essenciais ao seu enquadramento nas linhas de força da envolvente, reconhecendo-se a potencialidade da materialização de edificação de qualidade referencial, a explorar nos projectos de arquitectura/especialidades.-----

--- Saliente-se que no plano formal o objecto arquitectónico em perspectiva, revela a possibilidade de estabelecer a transição da característica construtiva dos edifícios da futura frente de rua (construções de seis pisos, conforme loteamento aprovado), articulada com uma volumetria de três pisos (proximidade com as construções do posto de abastecimento de combustíveis, um piso).-----

--- Importa referir que a concretização da intervenção está condicionada pelas orientações regulamentares previstas no Regulamento do Plano Director Municipal, que para os Espaços Urbanos Consolidados de alta densidade e na situação actual (sem edifícios construídos que imponham um desenvolvimento altimétrico alicerçado na aplicação da fórmula matemática prevista no artigo quarenta e seis, apesar de ser lógico que o loteamento aprovado possa conter especificações a considerar na avaliação da proposta) possibilita o reconhecimento do respeito da solução proposta, pelo princípio do nivelamento da cércea pela média das alturas das fachadas da futura frente de rua, não existindo parâmetros urbanísticos para cumprir nem especificações construtivas desconformes (considerando os elementos apresentados, ao nível de um estudo prévio).-

--- Tendo em atenção as considerações acima expostas, **proponho o reconhecimento da validade dos pressupostos do estudo prévio em apreço**, devendo o consequente

projecto de arquitectura corresponder às normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente:-----

--- a) O Regulamento Geral do Ruído;-----

--- b) Justificação/ enquadramento no disposto nos artigos trinta e oito, quarenta e dois, quarenta e seis, setenta e um/setenta e dois do Regulamento do Plano Director Municipal;c) As características da construção, irão integrar a operação urbanística no estatuto previsto no número cinco do artigo cinquenta e sete do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e de Liquidação de Taxas e Compensações válido para o Concelho de Santarém.-----

--- d) A realização de qualquer operação urbanística para a parcela com cinco mil oitocentos e cinquenta e um vírgula vinte cinco metros quadrados deverá ser antecedida por pedido de desafectação de área na Reserva Agrícola Nacional, a requerer pela Câmara Municipal de Santarém à Comissão Regional de Reserva Agrícola do Ribatejo e Oeste, caso na ratificação da alteração do Plano Director Municipal (revisão em desenvolvimento), não tenha sido determinado a exclusão daquela parcela da Reserva Agrícola Nacional. Em alternativa ao procedimento acima apresentado, o detentor do direito de propriedade da parcela com cinco mil oitocentos e cinquenta e um vírgula vinte cinco metros quadrados, poderá requerer, junto da Comissão Regional de Reserva Agrícola do Ribatejo e Oeste, autorização para ocupação de solo na Reserva Agrícola Nacional.”-----

--- Pelos senhores Vereadores do PSD - Partido Social Democrático e CDU - Coligação Democrática Unitária, foram colocadas diversas questões relacionadas com a implantação do Quartel e do edifício multifuncional, as quais foram respondidas e esclarecidas pelos senhor Presidente e Vereador Joaquim Neto.-----

--- Após uma larga troca de impressões, a Câmara deliberou por unanimidade informar a Associação que é viável a pretensão, tendo em conta que dos cinco mil oitocentos e cinquenta e um vírgula vinte cinco metros quadrados da área remanescente, dois mil e

cinquenta e oito vírgula sessenta e um metros quadrados, serão a integrar no Domínio Público Municipal.-----

--- A **senhora vereadora Hélia Félix**, em nome do **PSD - Partido Social Democrático**, apresentou a seguinte declaração de voto:-----

--- “Aprovamos a proposta de estudo prévio apresentada pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Santarém, no entanto a parcela de dois mil e cinquenta e oito vírgula sessenta e um metros quadrados a integrar no domínio público municipal, deverá permanecer no domínio público municipal numa eventual alienação ou ocupação deste espaço para poder viabilizar a implantação de um posto de abastecimento de combustíveis, só poderá ser possível após avaliação do terreno que não deverá ser inferior aos valores do mercado tendo como referência, os valores por metro quadrado da alienação efectuada por um privado para a instalação do posto de combustível da Petrogal.”-----

--- **Processo de obras número duzentos e vinte sete/dois mil**, referente à construção de um armazém, no lugar de Alto do Vale, freguesia de Vale de Santarém, deste Município, em nome de Diogo João de Carvalho Rosa Tomaz.-----

--- Sobre o presente assunto foi, apresentada uma carta do requerente do seguinte teor: -

--- “Analisando o processo em epígrafe, verifica-se não haver, há já algum tempo, qualquer informação, com o que não posso concordar de forma alguma.-----

--- Assim, e com vista a um resolução final e urgente, pois não é aceitável, nem compreensivo, mais delongas, venho através da presente carta, apresentar uma solução que, embora não me seja favorável, aceito para encerramento do processo. -----

--- Aceito ser indemnizado pelo terreno e as benfeitorias que possuo no local, com os lotes urbanos números quatro, cinco e sete, no total de dezoito fogos habitacionais, pertença desse Município e localizados no loteamento situado na Quinta de São Roque, e esta propriedade da família de Herdeiros Telhada, junto ao Campo Emílio Infante da Câmara, em Santarém. Os lotes ser-me-ão entregues com as infraestruturas realizadas, no prazo de seis meses, sem quaisquer ónus ou encargos. -----

--- Esta minha proposta baseia-se no facto de que os lotes de terreno são já propriedade dessa Câmara Municipal. -----

--- Fico a aguardar resposta, no prazo máximo de trinta dias, prazo que considero justo, dado o tempo já decorrido, sem que tenha havido uma solução definitiva.” -----

--- Após uma larga troca de impressões a Câmara deliberou por unanimidade o seguinte:

--- **Um** - Informar o requerente que tomou conhecimento da sua carta, e que tomará decisão numa próxima reunião; -----

--- **Dois** – Obtenção de parecer jurídico sobre as responsabilidades financeiras da Câmara Municipal Santarém, pelo facto de tornar nula a decisão do licenciamento e mandar demolir aquele espaço; -----

--- **Três** – Posteriormente anexar a avaliação dos lotes do Campo Infante da Câmara. ---

--- De **COOPERATIVA DE HABITAÇÃO “LAR SCALABITANO”, C.R.L.**, com sede na Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, lote três - Loja, nesta Cidade, solicitando redução de taxas relativas à construção de edifícios plurifamiliares, na Urbanização do Mergulhão, Vale de Estacas, freguesia de Salvador, nesta Cidade.-----

--- A **Chefe de Repartição de Apoio Administrativo**, informou o seguinte: -----

--- “De acordo com o número três do artigo nono do Regulamento Municipal de Taxas Urbanísticas, o requerente poderá beneficiar da redução até cinquenta por cento do valor das taxas.”-----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a pretensão de acordo com a informação atrás transcrita. -----

--- **B) LOTEAMENTOS** -----

--- Não participa na discussão e votação do seguinte assunto a senhora Vereadora Hélia Félix, por ser familiar. -----

--- De **MARIA DO CÉU COSTA BERNARDES**, residente em Malaqueijo, Município de Rio Maior, solicitando recepção definitiva das obras de urbanização referentes ao alvará de loteamento número um/noventa e cinco, que licenciou o



loteamento de uma propriedade sita no lugar de Alto do Bexiga, freguesia de Salvador, nesta Cidade.-----

--- Pela **Comissão de Vistorias**, foi emitida a seguinte conclusão: -----

--- “Após vistoria às obras de urbanização, a Comissão considerou que as mesmas se encontram executadas em conformidade com a deliberação que aprovou a recepção provisória.”-----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, receber definitivamente as obras de urbanização referentes ao alvará número um/noventa e cinco, e por consequência autorizar o cancelamento da hipoteca dos lotes doze, treze, catorze, quinze e dezasseis, existente como caução para garantia da execução das obras de urbanização. -----

#### -----OUTRAS DELIBERAÇÕES-----

--- **HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE EUCALIPTOS** – De harmonia com o Edital número cento e quarenta e oito, de trinta do mês findo, cujos termos foram ratificados na reunião do Executivo Municipal realizada em quatro do corrente mês deveria, nesta data, proceder-se à venda em hasta pública de eucaliptos, contudo não houve apresentação de qualquer proposta escrita, assim como não se encontrava presente na sala qualquer interessado em licitar. -----

--- A Câmara, perante a ausência de interessados, considerou o procedimento deserto. --

--- **ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO** – **RATIFICAÇÃO** - Pela **Divisão Financeira** foi presente a seguinte proposta de modificação, nos termos do ponto oito.três.dois, do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro: -----

--- \* No **Orçamento (Despesa)** – número dezanove, que totalizou tanto nos **REFORÇOS** como nas **ANULAÇÕES** a importância de vinte mil euros euros. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor Presidente submeteu a votação o documento apresentado, que fica como anexo à presente acta (Documento I), tendo a Câmara deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, de dezanove de Outubro,, aprovando as modificações propostas, nos termos do disposto no

número três, do artigo sessenta e oito, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, as senhoras Vereadoras Idália Moniz e Hélia Félix. -----

--- **ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS** - Pela **Divisão Financeira** foram presentes as seguintes propostas de modificação, nos termos dos pontos oito.três.dois e oito.três.um.dois, respectivamente, do Decreto-Lei número cinquenta e quatro-A/noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro: -----

--- \* No **Orçamento (Despesa)** – número vinte, que totalizou tanto nos **REFORÇOS** como nas **ANULAÇÕES** a importância de um milhão setecentos e quatro mil duzentos e vinte e três euros. -----

--- \* No **Plano Plurianual de Investimentos** – número dezassete, a dotação total, nas Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e Outras Funções importa no valor global de oito milhões setecentos e vinte e três mil oitocentos e sessenta e sete euros, financiamento que ficará definido. -----

--- Após alguma troca de impressões, o senhor Presidente submeteu a votação os documentos apresentados, que ficam anexos à presente acta (Documentos II e III), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei, tendo a Câmara deliberado, por maioria, com votos contra do PSD - Partido Social Democrata e abstenções da CDU - Coligação Democrática Unitária, aprovar as alterações propostas, nos termos do disposto no número dois, do artigo sessenta e quatro, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador José Andrade. -----

--- **REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE SANTARÉM** - Pelo **Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema**

**Urbano**, foi presente a informação número setenta e seis, de doze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência da informação número trinta e nove/dois mil e três, de um de Abril e da deliberação da Câmara Municipal de cinco de Maio de dois mil e três de aprovar a revisão do Plano de Pormenor da Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém (actual Zona Industrial da Quinta do Mocho) procedeu-se a um aturado trabalho de consulta às empresas instaladas nesta Zona de Desenvolvimento Económico no sentido de que a revisão contemplasse a regularização de todas as situações pendentes há vários anos, ao mesmo tempo que se perspectiva o correcto enquadramento das situações de construção que ainda poderão a vir a ocorrer.-----

--- Assim, em conformidade com os objectivos enunciados aquando da apresentação da necessidade de revisão do Plano de Pormenor, junto se remetem os elementos que a corporizam: regulamento, planta de implantação e plantas de condicionantes.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de regulamento apresentado, com as seguintes alterações:-----

- No número dois do artigo treze deverá ser eliminada a palavra “casuisticamente”.-----
- O artigo catorze deverá passar a ter a seguinte redacção: “A edificação nos lotes fica sujeita à apresentação, independentemente dos projectos exigidos por Lei, de um estudo de arranjos exteriores, devendo neste espaço ficar reservadas zonas para estacionamento em número de lugares ou área de estacionamento de acordo com o preceituado no regulamento do Plano Director Municipal “.-----
- No artigo vinte e dois deverá substituir-se lotes industriais apenas por lotes, quer no título quer no corpo do artigo.-----

--- O Projecto de Regulamento fica anexo à presente acta, (Documento IV) dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Mais foi deliberado remeter o processo às entidades externas competentes para emissão de parecer e posterior deliberação do Executivo Municipal. -----

--- **ESTUDO DE MOBILIDADE E TRANSPORTES NA CIDADE DE SANTARÉM** – Em continuação do deliberado na Reunião do Executivo Municipal, realizada em vinte do mês findo, foi de novo presente a informação número cento e catorze, de cinco de Maio último, do seguinte teor:-----

--- “Subordinado ao tema em título, com o objectivo de possibilitar a sua futura implementação, apresentou a Quartenaire Portugal/TIS.PT para apreciação, um relatório final preliminar com vista a criação de uma carreira urbana numa primeira fase e à Integração e Articulação dessa carreira com as existentes na cidade numa segunda fase.

--- Da análise ao relatório é dado verificar que à parte de ser tratada a caracterização e recolha de dados na zona de intervenção são propostos vários cenários de circuitos sobre os quais somos de parecer: -----

- São equacionados três circuitos, um designado por Cenário um - Base e dois designados por alternativas dois e três.-----
- O Circuito um – Base recupera genericamente o estabelecido aquando da demonstração em Santarém dos veículos eléctricos que decorreu em Setembro, próximo passado, percorrendo o Centro Histórico e tendo como ponto de partida e chegada o terminal rodoviário na Avenida do Brasil.-----
- A proposta alternativa dois divide aquele circuito em duas zonas, uma a Norte e outra a Sul às quais lhe acrescenta percursos de ligação à zona do liceu no primeiro caso e à zona do Sacapeito no segundo caso, mantendo como ponto de partida e chegada o terminal rodoviário. -----
- Quanto à proposta alternativa três, é caracterizada por se manter o circuito inicial no Centro Histórico, complementando-o com um outro ligando as zonas norte e sul atrás referidas atravessando o Centro Histórico pelas ruas

Dr. Teixeira Guedes, Guilherme de Azevedo, Serpa Pinto e Praça Sá da Bandeira.-----

- Face a estas propostas e considerando o objectivo fulcral de servir o Centro Histórico, julga-se que o circuito um (Base) por si só e nos limites geográficos propostos ficará aquém das expectativas que se criaram em Setembro passado, a complementaridade quer com a alternativa dois, quer com a alternativa três envolverão avultados meios que em fase de lançamento se justifica alguma prudência, julgando-se portanto que um outro e único circuito que contenha a base e alargando ligeiramente a área de influência não com as dimensões das alternativas dois e três às zonas do Liceu e do Sacapeito mas abrangendo áreas mais restritas como sejam as ruas Pedro de Santarém, Avenida Afonso Henriques e Liceu seria uma solução mais equilibrada e que envolveria menores meios. -----
- Nestes termos julga-se de equacionar um quarto Circuito assim estabelecido: Terminal Rodoviário na Avenida do Brasil, Largo Cândido dos Reis, Avenida Afonso Henriques, Rua Pedro de Santarém, Rua João Afonso, Rua Primeiro de Dezembro, Portas do Sol, Terreirinho das Flores, Rua Braancamp Freire, Rua Tenente Valadim, Travessa das Capuchas, Avenida António dos Santos, Rua Teixeira Guedes, Rua Guilherme de Azevedo, Rua Serpa Pinto, Praça Sá da Bandeira, Rua Trinta e Um de Janeiro, Liceu, Largo Infante Santo, Terminal Rodoviário na Avenida do Brasil. -----
- Para o normal funcionamento deste circuito necessitar-se-ia apenas de três autocarros dimensionados para circulação nas ruas do Centro Histórico. -----
- Convém referir que este circuito pressupõe alteração de trânsito no Centro Histórico, regressando-se ao estabelecido até Dezembro de dois mil e um.” ---

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, remeter cópia do ofício quarenta e sete/zero quatro/DSTF/DAA, da Direcção – Geral de Transportes Terrestres, à empresa responsável pela elaboração do estudo de mobilidade e solicitar que a mesma faça chegar

à Câmara, com a possível brevidade, as conclusões resultantes da reunião havida com os senhores Vereadores. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Hélia Félix e José Marcelino. -----

--- **CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA ESCOLA BÁSICA DO PRIMEIRO CICLO DE SÃO DOMINGOS – BALANÇO DA OBRA E APROVAÇÃO DE TRABALHOS A MAIS** – Pelo Departamento de Obras Municipais foi presente a

informação número cento e oitenta e dois, de dezasseis de Agosto último, do seguinte teor: -----

--- **“INTRODUÇÃO** -----

--- Tendo a obra atingido a fase de conclusão de acordo com o plano de trabalhos aprovado, apuraram-se trabalhos não contemplados no projecto de natureza contratual, decorrentes das necessárias adaptações e ou alterações. -----

--- **DADOS GERAIS DA OBRA** -----

--- Data do contrato – vinte e seis de Agosto de dois mil e três -----

--- Valor de adjudicação – um milhão duzentos e noventa e dois mil quinhentos e trinta e quatro euros e oitenta e três cêntimos -----

--- Data de consignação – onze de Novembro de dois mil e três -----

--- Prazo de execução contratual – cento e oitenta dias -----

--- Empreiteiro - José França-Construções, SA -----

--- **TRABALHOS A MAIS** -----

--- Não estando contemplados alguns trabalhos nas medições do projecto, nomeadamente trabalhos nos espaços exteriores, bem como algumas situações em falta no interior do mesmo, destacando-se os portões, muretes em vedações exteriores, algumas áreas de revestimento cerâmico em paramentos exteriores, a vedação de ringue, alguns pontos de luz interior, ajudas técnicas em Instalações Sanitárias entre outros, de natureza contratual, apresenta-se relação de trabalhos para fecho de obra e respectivas contas. -----

--- **CUSTOS**-----

--- Avaliados os custos correspondentes, chegou-se ao valor de quarenta e seis mil cento e cinquenta e três euros e um cêntimo.-----

--- Relativamente à adjudicação, a empreitada terá um acréscimo de três vírgula cinquenta e sete por cento, valor que se enquadra dentro dos limites previstos no Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente que aprovou os trabalhos a mais no valor de quarenta e seis mil cento e cinquenta e três euros e um cêntimo, mais IVA, devendo celebrar-se o contrato adicional correspondente.

---

--- Mais foi deliberado conceder poderes ao senhor Presidente para aprovação da minuta e assinatura do respectivo contrato.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto o senhor Vereador Ramiro Matos. -----

--- **ENCARGOS COM UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO PARA O ANO LECTIVO DOIS MIL E QUATRO/DOIS MIL E CINCO** – Pela

Técnica Superior de Serviço Social, Dr.<sup>a</sup> Maria José Montez, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número oitocentos e setenta e três, de catorze de Setembro último, do seguinte teor:-----

--- “A exemplo de anos anteriores, propõe-se a transferência de verbas para as associações ou entidades onde têm vindo a decorrer actividades e/ou serviços, nomeadamente fornecimento de refeições, pretendendo-se desta forma compensar os consumos correntes de água e electricidade inerentes. -----

--- Esta verba, conforme consta de proposta no quadro anexo é definida de acordo com a utilização, abrange os meses de **Setembro a Junho inclusive.**”-----

Freguesia	Entidade	Tipo de utilização	Estabelecimento educação	Enc. mensal (Set. a Jun.)
1. Abitureiras	1. Centro Apoio à Família Abitureiras	R	1. Jardim Infância Abitureiras	150,00 €

**ACTA N.º 024/2004**  
**Reunião de 25 de Outubro de 2004**

145

			2. Escola 1º CEB Abitureiras	
2. Achete	2. Centro Cultural Desportivo e Recreativo de Advagar	R	3. Jardim Infância Achete	150,00 €
			4. Escola 1º CEB Achete	
	5. Escola 1º CEB Advagar			
	3. Associação Recreativa e Cultural de Três Aldeias	REO	6. Jardim Infância Com. Baixo	300,00 €
7. Escola 1º CEB Nabais				
	4. Associação “O Vigilante”	E	8. Escola 1º CEB Fonte Pedra	150,00 €
3. Alcanede	5. Centro Cultural e Recreativo de Aldeia da Ribeira	R	9. Jardim Infância Aldeia Ribeira	150,00 €
			10. Escola 1º CEB Aldeia Ribeira	
	6. Associação Desportiva e Recreativa Casais Charneca	R	11. Jardim Infância C. Charneca	150,00 €
			12. Escola 1º CEB C. Charneca	
4. Almofter	7. Associação Recreativa e Cultural de Almofter	R	13. Jardim Infância Almofter	150,00 €
			14. Escola 1º CEB Almofter	
5. Amiais Baixo	8. Associação Solidariedade Social Melhoramentos Amiais Baixo	R	15. Jardim Infância Am. Baixo	150,00 €
			16. Escola 1º CEB Am. Baixo	
	9. Clube Amiense	O	17. Jardim Infância Am. Baixo	150,00 €
			18. Escola 1º CEB Am. Baixo	
6. Azoia Baixo	10. Associação Cultural e Recreativa Alexandre Herculano Azoia Baixo	R	19. Jardim Infância Azoia Baixo	150,00 €
			20. Escola 1º CEB Azoia Baixo	
7. Azoia Cima	11. Associação “Amicaioza”	REO	21. Jardim Infância Azoia Cima	300,00 €
			22. Escola 1º CEB Azoia Cima	
8. Gançaria	12. Associação Recreativa e Cultural Gançaria	R	23. Jardim Infância Gançaria	150,00 €
			24. Escola 1º CEB Gançaria	
9. Marvila	13. Centro Social Interparoquial de Str – Casa da Chã	R	25. Jardim Infância Str nº 4Feira	150,00 €
10. Moçarria	14. Centro Cultural, Recreativo e Desportivo Moçarria	R	26. Jardim Infância Moçarria	150,00 €
			27. Escola 1º CEB Moçarria	
11. Pernes	15. Centro Convívio e Cultura Chã Baixo	R	28. Jardim Infância Chã Baixo	150,00 €
			29. Escola 1º CEB Chã Baixo	



**ACTA N.º 024/2004**  
**Reunião de 25 de Outubro de 2004**

12. Pombalinho	16. Casa do Povo do Pombalinho	R	30. Jardim Infância Pombalinho	150,00 €
			31. Escola 1º CEB Pombalinho	
13. Romeira	17. Sociedade Recreativa da Romeira	R	32. Escola 1º CEB Romeira	150,00 €
	18. Junta Freguesia Romeira/ Clube Desportivo da Romeira	RE	33. Jardim Infância Romeira	300,00 €
14. São Nicolau	19. Centro Cultural e Recreativo das Fontainhas - Grainho	E	34. Escola 1º CEB Fontainhas	150,00 €
15. São Vic. Paúl	20. Casa Convívio São Vicente Paúl	R	35. Escola 1º CEB Tojosa	150,00 €
			36. Escola 1º CEB Torre Bispo	
16. Tremês	21. Ribacoop	RE	37. Jardim Infância Tremês	300,00 €
			38. Escola 1º CEB Tremês	
17. Vale Figueira	22. Centro Bem Estar Social Vale Figueira	R	39. Jardim Infância V. Figueira	150,00 €
			40. Escola 1º CEB Vale Figueira	
18. Vaqueiros	23. Alviela – Convívio Clube Vaqueirense	R	41. Jardim Infância Vaqueiros	150,00 €
			42. Escola 1º CEB Vaqueiros	
19. Várzea	24. Associação “Os Galitos” da Várzea	R	43. Escola 1º CEB Várzea	150,00 €
	25. Grupo Desportivo, Recreativo e Cultural de Perofilho	R	44. Escola 1º CEB Perofilho	150,00 €
<b>Total</b>				<b>4.350,00 €</b>

--- R – Refeitório/E – Estabelecimento de Educação/O – Outras actividades” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, assumir os encargos com a utilização de instalações no âmbito da Educação Pré-escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico para o ano lectivo dois mil e quatro/dois mil e cinco, transferindo para as entidades mencionadas no mapa atrás transcrito as respectivas verbas, no montante global de quatro mil trezentos e cinquenta euros. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

--- **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES – ANO LECTIVO DOIS MIL E TRÊS/DOIS MIL E QUATRO – TERCEIRO PERÍODO** – Pela Técnica Superior de Gestão Autárquica, Dr.ª Sandra Custódio, do **Departamento de Assuntos Culturais e**

**Sociais**, foi presente a informação número oitocentos e noventa e três, de dezassete de Setembro findo, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência do fornecimento de refeições às Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância no Concelho de Santarém durante o Terceiro Período Lectivo (Abril a Julho), e da Informação número mil e sete, de seis de Outubro de dois mil e três: “Estimativa para pagamento de fornecimento de refeições para o Ano Lectivo dois mil e três/dois mil e quatro”, elaborou-se o balanço dos encargos e respectivos acertos nos pagamentos às entidades fornecedoras de refeições, que junto se anexa.-----

--- Desta forma resulta deste terceiro balanço trimestral:-----

--- O Quadro IV em anexo, valores a pagar às entidades fornecedoras de refeições que perfaz um total de cinco mil quatrocentos e quarenta e sete euros e dois cêntimos; -----

--- O Quadro V, valores a receber das entidades, cuja maioria se refere a Refeitórios Escolares, acerto feito com base nos recebimentos das Juntas de Freguesia do Pré-escolar (mensalidades) e Primeiro Ciclo do Ensino Básico (senhas de refeições). Sendo o valor a cobrar às respectivas entidades de trinta e um mil, quatrocentos e oitenta e nove euros e vinte cêntimos.-----

--- Face ao exposto e para regularização dos valores a receber das entidades referente ao Quadro V, sugere-se:-----

--- Reposição das estimativas a pagar no Ano Lectivo dois mil e quatro/dois mil e cinco (estimativas a definir) com vista ao acerto dos valores a receber do primeiro, segundo e terceiro períodos.”-----

<b>ANO LECTIVO 2003/04 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - 3º PERÍODO</b>	
<b>QUADRO RESUMO DE PAGAMENTOS POR ENTIDADES - Quadro IV</b>	
Entidades	Total Pagamentos
1. Associação Desenvolvimento Social e Comunitário Str	2.944,00 €
2. Bombeiros Pernes	1.119,80 €
3. Centro Apoio à Família Abitureiras	4,40 €

**ACTA N.º 024/2004**  
**Reunião de 25 de Outubro de 2004**

4. Centro BES Vale Figueira	281,60 €
5. Centro Social Moçarria	638,00 €
6. Centro S S Nª Srª Luz Póvoa Str	200,20 €
7. Agrupamento Riachos	259,02 €
<b>TOTAL</b>	<b>5.447,02 €</b>

<b>ANO LECTIVO 2003/04 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES - 3º PERIODO</b>	
<b>QUADRO RESUMO DE RECEBIMENTOS POR ENTIDADES - Quadro V</b>	
Entidades	Total Recebimentos
1. Associação SSM Am Baixo	303,40 €
2. Centro Social P Stª Marta Alcanhões	1.705,00 €
3. Junta Freguesia Achete	6.615,96 €
4. Junta Freguesia Azoia Cima / Ref Escolar	9.176,46 €
5. Junta Freguesia Casével / Ref Escolar	3.187,60 €
6. Junta Freguesia Gançaria / Ref Escolar	2.195,69 €
7. Junta Freguesia Pombalinho / Ref Escolar	651,40 €
8. Junta Freguesia S. Vicente do Paúl / Ref Escolar	6.578,31 €
9. Junta Freguesia Vaqueiros / Ref Escolar	1.075,38 €
<b>TOTAL</b>	<b>31.489,20 €</b>

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, transferir para as entidades referidas no quadro IV, atrás transcrito, o montante de cinco mil quatrocentos e quarenta e sete euros e dois cêntimos. Relativamente ao quadro V, anexo da mesma informação, devem informar-se as entidades que serão feitos acertos durante o ano lectivo dois mil e quatro/dois mil e cinco.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

**--- AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MEM RAMIRES, EM SANTARÉM – PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS MULTIUSOS**

– Pelo **Secretário do Vereador do Desporto**, António Rebelo, foi presente a informação número setenta e quatro, de treze do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Com o objectivo de simplificar o funcionamento da Escola, nomeadamente com o controlo mais rigoroso de entradas e saídas a fim de garantir uma segurança mais rigorosa do estabelecimento de ensino, o Conselho Executivo pretende adquirir um sistema de controlo através de cartão magnético, pesando nesta decisão o facto de a funcionária da portaria se aposentar dentro de pouco meses.-----

--- Neste sentido, e porque a Escola não consegue por si só suportar os custos com a instalação do sistema de controlo, solicitam o possível apoio financeiro da Câmara Municipal de Santarém para poderem concretizar o objectivo no mais curto prazo de tempo possível.-----

--- Considerando o exposto e por que se trata de procurar melhores condições de segurança e controlo no interior da Escola e ainda, tendo em consideração o apoio prestado pelo município em outras situações anteriores para fins semelhantes aos que são solicitados, proponho à superior consideração de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> a atribuição de uma comparticipação no valor de mil e oitocentos euros, valor idêntico ao aprovado pelo executivo municipal para o Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de mil e oitocentos euros ao Agrupamento de Escolas de Mem Ramires para aquisição de Cartões Magnéticos Multiusos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

**--- CENTRO CULTURAL REGIONAL DE SANTARÉM – PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DO PRIMEIRO PRÉMIO DO CONCURSO “PRÉMIO DE POESIA ACTOR MÁRIO VIEGAS”** – Na sequência de um ofício do Centro Cultural

Regional de Santarém solicitando a atribuição do primeiro prémio do concurso “Prémio de Poesia Actor Mário Viegas”, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir o prémio em título, no valor de dois mil e quinhentos euros. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

--- **MOBILIDADE DESPORTIVA – APOIO AO SANTARÉM BASKET CLUBE PARA DESLOCAÇÕES DA EQUIPA SÉNIOR FEMININA DE BASQUETEBOL**

**À MADEIRA E AOS AÇORES** – Pelo Secretário do Vereador do Desporto, António Rebelo, foi presente a informação número setenta e oito, de quinze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Tendo presente o ofício da colectividade citada em epígrafe no qual solicita apoio para custear as despesas de três deslocações da sua equipa Sénior Feminino de Basquetebol à Madeira e Açores durante a anterior época desportiva de dois mil e três/dois mil e quatro, e ainda dando cumprimento ao despacho de V.ª Ex.ª informo o seguinte: -----

--- - No âmbito do Regulamento do Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo, aprovado em reunião do executivo municipal no dia dois de Novembro de dois mil, no sub-programa de apoio à mobilidade desportiva, que tem por objectivo apoiar a deslocação ao estrangeiro e regiões autónomas com vista à participação em provas incluídas no quadro competitivo de federações e organismos internacionais, é previsto compartilhar financeiramente, material, logística e promocional os clubes ou atletas. ---

--- - Ao abrigo deste programa a autarquia tem apoiado anteriormente a deslocação de atletas e equipas do sector federado e universitário compartilhando as deslocações, conforme o previsto no quadro orientador do sub-programa, que para as regiões autónomas prevê um apoio per capita de sessenta euros com o limite máximo de novecentos euros. -----

--- Neste sentido o Santarém Basket, solicita ao município o apoio financeiro para auxiliar nas despesas com duas deslocações à Madeira e uma aos Açores da sua equipa

de Seniores Femininos que disputou a Liga Nacional de Basquetebol, deslocando de cada vez uma comitiva de treze pessoas. -----

--- Considerando o exposto e de acordo com os valores previstos no citado quadro orientador de apoios o total da comparticipação financeira per capita para os treze elementos, é de setecentos e oitenta euros, pelo que para as três deslocações deverá ser atribuído o valor de dois mil trezentos e quarenta euros.-----

--- Assim, coloco o assunto à superior consideração bem como a atribuição do apoio financeiro do Município no valor de dois mil trezentos e quarenta euros.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de dois mil trezentos e quarenta euros, ao Santarém Basket Clube, para apoio a três deslocações da Equipa Sénior Feminina de Basquetebol à Madeira e aos Açores. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

--- **AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS** – Pelo **Coordenador Municipal de Protecção Civil** foi presente uma informação datada de seis do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Um – Conforme a nossa informação de quinze de Setembro de dois mil e quatro, o Decreto-Lei número cento e cinquenta e seis/dois mil e quatro, revogou o que anteriormente tinha sido estabelecido, não sendo agora necessário qualquer parecer do Corpo de Bombeiros. -----

--- Dois – Diariamente temos vindo a ser solicitados com requerimentos de cidadãos para a realização de queimadas aos quais, por maioria de razão, não podemos dar resposta, para além de enviar os requerimentos a V. Ex.<sup>a</sup>, como determina a Lei. -----

--- Três – Atento o exposto, junto se envia a V. Ex.<sup>a</sup>, doze requerimentos para o licenciamento de outras tantas queimadas. -----

--- Quatro – Dado a pressão e a necessidade dos cidadãos de efectuarem as suas queimadas agrícolas, solicitam-se instruções acerca do assunto, no intuito de podermos esclarecer cabalmente quem a nós, diariamente, se dirige.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os pedidos presentes na reunião e delegar a competência prevista na al. b) do número um do artigo vigésimo do Decreto-Lei número cento e cinquenta e seis/dois mil e quatro, de trinta de Junho no senhor Presidente, autorizando ainda a subdelegação daquela competência.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Presidente, Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

--- **PROPOSTA DE DOAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM DO PRÉDIO SITO NA ESTRADA DA ESTAÇÃO DA FREGUESIA DE SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM, INSCRITO NA MATRIZ SOB O ARTIGO NÚMERO TREZENTOS E NOVENTA E SEIS** – Pelo Serviço de Património foi

presente a informação número quarenta e um, de dois de Setembro findo, do seguinte teor: -----

--- “Informamos V. Ex.<sup>a</sup> que as senhoras Dona Maria José Abreu Fernandes Moura e Dona Maria Fernanda Abreu Fernandes da Graça pretendem doar ao Município o prédio mencionado em epígrafe.-----

--- Considerando que o referido prédio já foi avaliado pela Comissão de Avaliação, encontram-se reunidas as condições para submeter a proposta de doação à Câmara Municipal para aceitação da respectiva doação a benefício do inventário do Município de Santarém, nos termos da alínea h) do número um do artigo sessenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a doação do imóvel que deverá passar a integrar o património da Autarquia. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

--- **GRUPO CHANTIRENE – PEDIDO DE APOIO PARA DESLOCAÇÃO À REGIÃO DA COSTA DA MATA ATLÂNTICA, LITORAL DE SÃO PAULO** –

**BRASIL** – Pelo **Chefe da Divisão de Cultura e Turismo** foi presente a informação número duzentos e vinte e oito, de quatro de Março do corrente mês, do seguinte teor: --

--- “O Grupo de Música Popular Portuguesa Chantirene (cinco elementos), de Santarém, foi convidado a participar no projecto “Caminhos da Cultura Luso-Brasileira”, organizado pela ABrasOFFa – Associação Brasileira dos Organizadores de Festivais de Folclore e Artes Populares, que decorrerá no estado de São Paulo , de Março a Abril de dois mil e quatro. -----

--- Este grupo scalabitano já existe há vários anos e é o único do género no concelho, tendo a autarquia mantido com ele contactos estreitos aquando da realização de diversas acções culturais. De resto, já no ano dois mil este Grupo se deslocou à Região de São Vicente, Santos, Estado de São Paulo para participar no IV Lusocom – Encontro Internacional de Comunicação de Países Lusófonos. -----

--- Ora, em relação ao pedido agora feito e à semelhança do que aconteceu anteriormente, sou de parecer favorável à atribuição de um subsídio no valor de mil trezentos e cinquenta euros, face às despesas globais da deslocação.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de mil trezentos e cinquenta euros ao Grupo Chantirene, para apoio na deslocação à Região da Costa da Mata Atlântica no litoral de São Paulo - Brasil. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

--- **PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO** – Pelo senhor **Vereador Henrique Manuel Soares Cruz** foi presente uma carta solicitando a suspensão do respectivo mandato, no período compreendido entre vinte e cinco do corrente mês e vinte de Dezembro de dois mil e quatro, nos termos dos números um e dois e da alínea c) do número três do artigo setenta e sete da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a suspensão de mandato do senhor



Vereador Soares Cruz, no período compreendido entre vinte e cinco de Outubro de dois mil e quatro e vinte de Dezembro de dois mil e quatro, devendo ser convocado o membro substituto nos termos da legislação em vigor. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Ramiro Matos e Hélia Félix. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- **Carta do PS - Partido Socialista** remetendo cópia da resposta dada por Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ao requerimento apresentado pelo senhor Deputado Vitalino Canas, sobre **Acessibilidades – Concelho de Santarém**. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Ofício da Delegação Distrital de Santarém do Instituto do Desporto de Portugal** dando conhecimento do despacho que concedeu ao **Clube Desportivo Amiense** a medalha de Bons Serviços Desportivos. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Ofício da Sub-Região de Saúde de Santarém** sobre a avaliação das concentrações de desinfetante em água destinada ao consumo humano, no concelho de Santarém. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Relatórios de Actividade da **Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco** – dois mil e dois e dois mil e três. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente** convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia oito de Novembro, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de

onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”, não se tendo verificado qualquer pedido de uso da palavra. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram dezanove horas trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, \_\_\_\_\_ Assistente Administrativa Especialista a redigi e subscrevi. -----

-----**O PRESIDENTE**-----

--- Eng.º Rui Barreiro \_\_\_\_\_

-----**OS VEREADORES**-----

--- Eng.º José Andrade \_\_\_\_\_

--- Manuel Afonso \_\_\_\_\_

--- Dr.ª Luísa Mesquita \_\_\_\_\_

--- Dr.ª Hélia Félix \_\_\_\_\_

--- Idália Moniz \_\_\_\_\_

--- Eng.º Joaquim Neto \_\_\_\_\_

--- Dr. Henrique Cruz \_\_\_\_\_

**ACTA N.º 024/2004**  
**Reunião de 25 de Outubro de 2004**

--- José Marcelino \_\_\_\_\_